

## ARTIGO

# UMA CIDADE MARAVILHOSAMENTE ANTROPOFÁGICA: ENTRE MIGRAÇÕES E MEMÓRIAS INDAIATUBANAS

TAMI COELHO OCAR

Doutora em História Social  
Professora Convidada no Centro Universitário Claretiano  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7507-6972>

**RESUMO:** O presente artigo apresenta parte de nossa pesquisa de doutorado, a qual teve como um dos objetivos analisar e problematizar a produção histórica de Indaiatuba. Escrita sobretudo por memorialistas, segue engessada após seus 193 anos oficiais, sendo assim ensinada em escolas, instituições oficiais e no âmbito familiar, ao passo que se mantém pouco historicizada. Além disso, o texto traz aspectos acerca da rápida urbanização pela qual a cidade passou, sobretudo nos últimos 40 anos, após a industrialização local, e o quanto essa dinâmica intensificou o processo de antropofagia histórica local, potencializando a perda de documentações historiográficas e arqueológicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indaiatuba, Antropofagia Histórica, Industrialização, Memória.

## **A WONDERFULLY ANTHROPOPHAGIC CITY: BETWEEN MIGRATIONS AND MEMORIES OF INDAIATUBA**

**ABSTRACT:** This article presents part of our doctoral research and aims to analyze and problematize the historical production of Indaiatuba. Predominantly written by memorialists, its narrative remains rigid despite its 193 official years, being taught in schools, official institutions, and households as well as little historical contextualization. Additionally, the text explores aspects of the rapid urbanization experienced by the city, particularly over the last 40 years following local industrialization, and how this process has intensified the local historical "anthropophagy," increasing the loss of historical and archaeological documentation.

**KEYWORDS:** Indaiatuba, Historical Anthropophagy, Industrialization, Memory.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v80p279-306>

Recebido em: 24/06/2024

Aprovado em: 05/09/2024



## Introdução

Indaiatuba (SP) é um local que se destaca em diversos aspectos sociais. De pacata cidade interiorana, tornou-se um dos maiores polos industriais do estado, atraindo migrações dos mais diversos lugares. A busca pelo local antecede a sua alcunha de “Cidade Maravilhosa”, tendo sido palco de imigrações já no século XIX. Seu rápido crescimento, no entanto, não trouxe apenas benefícios, mas também ocasionando problemáticas inclusive de cunho historiográfico. Muitas documentações se perderam; além disso, a escrita da História local por muito tempo ficou a cargo de cronistas, os quais privilegiaram memórias de determinados grupos. A cidade também tem fama de “não ter História”, por diversos aspectos, como a própria perda de documentações e a falta de lugares de memória referentes à fundação da cidade.

Assim, no presente artigo trouxemos o contexto histórico de Indaiatuba, problematizando aquela que é considerada como a História oficial local. Para isso, evidenciou-se alguns aspectos sobre a migração, rápida urbanização e a antropofagia histórica, a qual se potencializou na cidade ao longo do século XX. Para a execução da pesquisa foram utilizadas abordagens da História Social, e, como fontes, textos de memorialistas e de historiadores locais, documentações históricas e dados demográficos. A metodologia envolveu a análise comparativa de fontes primárias e secundárias, contrastando-as com os demais dados disponíveis, construindo assim um panorama abrangente e detalhado sobre os aspectos estudados. A maioria dessas questões foi tratada de maneira superficial neste artigo. Para maior aprofundamento sobre o assunto, ver o capítulo segundo (“Indaiatuba, cidade maravilhosa”) de nossa tese intitulada *Indaiatuba, uma cidade com muita História para contar: Entre a Antropofagia Histórica, a Arqueologia e a Mediação*.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é resultado de parte das pesquisas de nossa tese de doutorado em História Social, as quais foram realizadas com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES).

## “Cidade Maravilhosa”

É com seu principal slogan que se inicia o presente item. Localizada no interior de São Paulo, Indaiatuba é uma cidade com mais de 260.000 habitantes (Indaiatuba..., 2023). Já faz algumas décadas que o município deixou de lado seu lado majoritariamente rural, fazendo bom proveito de sua localização privilegiada e abraçando a industrialização. Essa questão, no entanto, não tornou a cidade um local de grande periculosidade, sendo constantemente vencedora de prêmios de excelência (Lemuchi, 2021a; Lemuchi, 2021b; Lemuchi, 2022). Para além das premiações midiáticas, as sucessivas migrações demonstram a busca por esse território, que contém confortos da cidade contemporânea, bem como ainda apresenta um pouco da calmaria do interior. Mas a vida em Indaiatuba nem sempre teve esse fluxo. Até algumas décadas atrás era apenas mais uma cidade interiorana, ensimesmada e pacata: em 1940 contava com pouco mais de 10.000 habitantes (Fundação Seade, [s.d.] b).

Boa parte de sua história é composta por escritos memorialistas, sobretudo realizados ao longo do século XX. Para a nossa pesquisa de doutorado, foram escolhidas nove obras produzidas por aqueles. Tal curadoria teve como base livros que versam sobre a história da cidade de modo geral, em sua maioria produzidos entre 1990 e 2010, a saber: *Reminiscências a propósito do Primeiro Centenário de Indaiatuba* (Camargo, 2010); *A Paróquia de Nossa Senhora da Candelária* (Carvalho, 2004); *Arquitetura em Taipa — um dos últimos exemplares em Indaiatuba* (Carvalho, 1984); *Cronologia Indaiatubana* (Carvalho, 2009); *Escravos e Escravidão em Indaiatuba (1766–1860)* (Carvalho, [s.d.])<sup>2</sup>; *A cidade de Itu — Volumes 3 e 4* (Nardy Filho, 2000a; Nardy Filho, 2000b)<sup>3</sup>; *Tipos notáveis de popularidade: e algumas histórias mal contadas* (Penna, 2015) e *Indaiatuba e sua história* (Sampaio; Sampaio, 1998). A obra *Malungo: identidade entre os cativos* (BARROS, 2000) é exceção, pois, apesar de trazer memórias familiares, é a única que buscou tratar de forma mais aprofundada temas da diáspora africana e, por consequência, da

---

<sup>2</sup> Trata-se de um documento não publicado contido no acervo pessoal de Nilson Cardoso de Carvalho, o qual foi incluso nas obras escolhidas por tratar exclusivamente da diáspora africana.

<sup>3</sup> A despeito da obra em si não ter sido escrita por um morador de Indaiatuba e ter como foco a cidade de Itu, ela foi incluída tanto por conter capítulos que tratam de Indaiatuba quanto pelo fato de ter sido explorada pelos memorialistas e historiadores locais.

escravidão. Em nossa pesquisa, todos esses escritos foram contrapostos a estudos históricos já realizados, bem como a outras fontes e dados, buscando auxiliar a problematizar a história local.

Os memorialistas, então, auxiliaram a cunhar aquela que é considerada como a História Oficial do município. Muitos dados acerca de seus 193 anos oficiais foram recuperados. Porém, pouco se sabe sobre os primórdios da cidade, a qual era conhecida por Votura. Conta-se que, por volta do final do século XVIII, ou começo do século XIX, “um José da Costa”, morador desse povoado, que então era bairro de Itu, enquanto procurava por um bezerro perdido, teria encontrado uma imagem de Nossa Senhora da Candelária às margens do rio Votura. Em seguida, a rês teria aparecido, motivando José da Costa a erigir uma igreja em homenagem à divindade. Essa tradição fundacional teve sua origem com Azevedo Marques, em meados do século XIX (Marques, 1976, p. 337), a qual Francisco Nardy Filho, em sua obra *A Cidade de Ytu* (volume 4), teria acrescentado interpolações (Nardy Filho, 2000b, p. 187, 188) — no caso, o trecho sobre o homem ter encontrado o bezerro após se deparar com a imagem sagrada, referência à passagem do Êxodo, que diz que Moisés teve seu primeiro contato com Deus enquanto cuidava do rebanho de seu sogro.

As buscas por esse “um José da Costa” foram exaustivas, sobretudo por parte dos memorialistas. Localizou-se “alguns Josés da Costa” na região, referentes ao período do século XVIII, em documentações como Maços de População, Mapas de Habitantes e Inventários. No inventário de Domingos Fernandes (fundador de Itu), datado de 1653 (com partilha de terras datadas de 1676), consta que um homem de origem portuguesa chamado José da Costa Homem teria herdado uma sesmaria a qual possivelmente estaria localizada em parte do território atual de Indaiatuba, próxima ao leito do ribeirão Buru (Sampaio; Sampaio, 1998, p. 31). Entretanto, conforme as pesquisas de Nilson Cardoso de Carvalho (um dos principais memorialistas locais), José da Costa Homem estaria morto em 1687 (2009, p. 22), segundo documentação mencionada na própria obra de Sampaio e Sampaio (1998). Assim, a problematização acerca do mito fundacional já era aventada pelos memorialistas, sendo que um dos principais pontos é a questão de a cidade não ter se tornado um local de peregrinação (Penna, 2015, p. 16; Carvalho, 2004, p. 44). Entretanto, a busca por esse “José da Costa” ainda surte interesse,

estabelecendo sua existência como um lugar de memória, independentemente de confirmação documental. Nesse sentido, em suas pesquisas, Carvalho identificou três pessoas de nome “José da Costa” residentes na região durante aquele período (Carvalho, 2009, p. 22).

Em pesquisa mais recente, o historiador Francisco Andrade localizou um documento que mencionava José da Costa Ribeiro. Tal documentação trata-se de “[...] uma escritura de compra e venda de terras à [sic] Francisco de Paula Aranha por ele e sua mulher, Anna da Costa” (Andrade, 2018, p. 32). Neste caso, apresenta-se que o homem em questão possuía terras localizadas próximas ao pouso de Votura, bem como a venda destas para a sogra dos irmãos Pedro Gonçalves Meira (o doador inicial para a construção da capela que deu origem à igreja matriz atual e, portanto, institucionalmente considerado como fundador da cidade) e Joaquim Gonçalves Bicudo. Ambos eram casados, respectivamente, com as irmãs Ana e Maria de Campos Penteado (Andrade, 2018, p. 32). Assim, a despeito do tom de lenda ou “crônica” — segundo Nilson Cardoso de Carvalho (Carvalho, 2009, p. 21) — contido na tradição, as documentações apontam para a possibilidade de suas origens serem, em alguma medida, históricas.

Um tema que se pode considerar ponto pacífico é o fato de Indaiatuba ter iniciado sua formação como bairro de Itu, bem como acerca de sua ampliação, que ocorreu entre os séculos XVII e XVIII. Há menção acerca da formação de um arraial próximo ao atual córrego do Barnabé, o qual teria se dispersado devido a uma epidemia de varíola. Esse fator é utilizado como justificativa para a ocupação do atual centro velho da cidade, o qual está localizado em um ponto mais alto, aspecto apontado também por historiadores, como Adriana Carvalho Koyama e Marcelo Alves Cerdan (Sampaio; Sampaio, 1998, p. 32; Koyama; Cerdan, 2011, p. 13). Concomitantemente, foram registrados outros núcleos populacionais no território em questão: o atual bairro Itaiçi não é famoso apenas por suas chácaras, mas também por ter sido morada do Coronel Antônio Pires de Campos, o qual por volta de 1723 teria levado para a região um exército de indígenas bororo (Mello, 1872, p. 159, 160; Carvalho, 2009, p. 11; Nardy Filho, 2000a, p. 82, 83, 84; Koyama; Cerdan, 2011, p. 22). Muito possivelmente outras pessoas migraram para esse arraial, as quais trabalhavam para o dito Coronel, seus familiares e agregados, contribuindo assim para a formação social da

região, e que, por conta de problemáticas próprias da época, não deixaram registros.

Carvalho também aventou a existência da “paragem de Indayatuva”, a qual teria servido como local de pouso para tropas, justificando assim o aumento do número de pessoas vivendo na margem direita do Rio Jundiáí. A existência da Feira de Muas em Sorocaba, que teve início em 1730, seria uma justificativa para a formação de uma área de descanso de tropeiros na região. Essas tropas eram provenientes do Sul e tinham como destino as Minas de Goyazes. E um dos principais caminhos para o norte do país era a estrada de Campinas, que teve sua primeira rota de ligação com Itu criada ainda no século XVIII. Por fim, destaca-se também a importância da própria região de Campinas como produtora de açúcar na época (Holanda, 1994, p. 130; Celli, 2012, p. 33, 120; Ocar, 2020, p. 418; Carvalho, 2009, p. 13; Pupo, 1969, p. 56, 57, 58, 61).

A partir das diversas formações, a população local aumentou, e em 1809 contava com 84 moradias e 590 habitantes (Carvalho, 2004, p. 27). Nesse contexto que se deu a ereção de uma nova capela, a qual, conforme já mencionado, foi financiada pelo Tenente Pedro Gonçalves Meira, por meio de uma petição para doação do patrimônio inicial, realizada em 15 de outubro de 1813. Tal fator possibilitou que em 1819 o bairro de Indaiatuba tivesse uma capela curada (ou curato)<sup>4</sup>, e que, em 09 de dezembro de 1830, fosse elevado à categoria de Freguesia. Essa data ficou marcada como fundação institucional da cidade, a qual era então formada pelos antigos bairros de Itu: Jundiáí (atual Itaici), Piraí, Mato Dentro, Indaiatyba e parte de Boiri (Burú) (Carvalho, 2004, p. 35). Em 1859 instalou-se a Câmara Municipal, possibilitando a elevação da Freguesia a Vila<sup>5</sup> (Koyama; Cerdan, 2011, p. 28, 68; Carvalho, 2009, p. 35, 50; CARVALHO, 2004, p. 21, 34–37, 51). Esse fator facilitou a produção,

---

<sup>4</sup> “O historiador Wanderley dos Santos, quando arquivista chefe do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, citando a Constituição do Arcebispado da Bahia, esclareceu-nos, quando lá fazíamos pesquisa, que o instituidor do patrimônio para ereção de capela era considerado o fundador, conforme legislação em vigor na época.” (CARVALHO, 2004, p. 36).

<sup>5</sup> O termo “Vila” foi utilizado pelos cronistas como sinônimo de “município”. Apesar da sinonímia, deve-se salientar que a substituição oficial para o termo “município”, assim como o reconhecimento da autonomia municipal, surgiu após a Proclamação da República. Legalmente, a autonomia municipal constava no art. 68 da Constituição Federal de 1889, porém seu reconhecimento foi evidenciado no art. 13 da CF de 1934. Faz-se necessária a explicação a fim de se evitar a sensação de anacronismo quando da utilização dos termos. (FUNDAÇÃO SEADE, [s.d.] a; BRASIL, 1889, BRASIL, 1934).

gestão e, portanto, maior evidência da documentação local, já que antes essas atividades eram realizadas em Itu e outras cidades maiores, como Campinas e São Paulo.

Semelhantemente a outras cidades do interior paulista, o desenvolvimento econômico inicial da região de Indaiatuba se deu com o plantio de açúcar, passando pelo algodão, até chegar ao plantio do café. A mão de obra empregada fora, inicialmente, realizada por escravizados e, após a abolição, por imigrantes. É dito pelos memorialistas (e historiadores dissidentes daqueles) que em Indaiatuba foram contratados imigrantes pelo chamado “sistema de parceria”, adentrando no território sobretudo suíços, alemães e italianos, que buscavam por qualidade de vida, então garantida pela propaganda enganosa do programa. No início do século XX ocorreu a última grande imigração, marcada pela chegada dos japoneses. Com o tempo, essas famílias inseriram-se na vida cotidiana da cidade através da abertura de comércios, plantações de novas culturas e incorporação à política local (Koyama; Cerdan, 2011, p. 100, 103, 105, 106, 151, 152; Carvalho, 2004, p. 45, 60, 62, 70, 74, 78, 79, 140). Todas as comunidades de imigrantes supracitadas auxiliaram também na formação cultural de Indaiatuba (mantendo algumas tradições até os dias de hoje, por meio de festejos e outras expressões culturais), tornando-se, com o tempo, parte das classes dominantes da região.

As primeiras indústrias da cidade surgiram na década de 1930. Entretanto, a grande mudança territorial, e, conseqüentemente, social, ocorreu na década de 1970 — quando a cidade contava com 30.210 habitantes (Fundação Seade, [s.d.] b) — com a criação do Distrito Industrial “Domingos Giomi”. Localizado na Zona Sul da cidade, às margens da Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado (a qual dá acesso à Rodovia Santos Dumont), o DI foi criado, pela Lei de nº 1.254, de 15 de agosto de 1973 (Araújo, 2015, p. 40). Esse novo ciclo demandou contratação de mão de obra especializada, a qual já não era mais comportada pelos imigrantes que chegaram no final do século XIX e início do século XX, bem como por seus descendentes. Assim, houve um novo fluxo migratório em Indaiatuba, dessa vez nacional, com destaque para paranaenses, mineiros, paraenses e nordestinos (de modo geral). Tal movimento acarretou, em 1980, na formação de bairros vizinhos ao DI para abrigar os novos moradores da cidade. Já no início dos anos 2000 a dinâmica de deslocamento foi marcada pela chegada de paulistanos e gaúchos —



migrações essas que ainda não foram historicamente analisadas por memorialistas e demais pesquisadores (Carvalho, 2004, p. 167; Koyama; Cerdan, 2011, p. 168, 170, 172).

Assim é contada a história oficial da formação da cidade, a qual se mantém como tradição em algumas famílias, onde nomes famosos seguem sendo exaltados e fatos são cristalizados como únicos. A problematização da História local do ponto de vista Acadêmico ainda é pouco explorada, havendo sobre o tema alguns poucos trabalhos acadêmicos, bem como pesquisas desenvolvidas na extinta Fundação Pró-Memória de Indaiatuba.<sup>6</sup> Esses materiais versam, sobretudo, sobre aspectos históricos de Indaiatuba, dados demográficos e patrimônio edificado local. Entretanto, uma cidade que em pouco mais de 80 anos passou de 10.000 para mais de 260.000 habitantes ainda tem muita história para contar...

### **Encontros, despedidas e um pouco mais de historicidade**

Parafraseando a música de Milton Nascimento, teve muita gente que chegou para ficar em Indaiatuba. Nesse tanto de encontros e despedidas que marcam a História, Indaiatuba foi se formando para além do arraial de Votura, levando assim à criação de diversas identidades. Mas apenas algumas ocuparam espaço reservado na memória institucional. Assim, a História, novamente, se traçou por meio de memórias, as quais transpassam todos os grupos sociais (segundo Pierre Nora [1993]), sejam elas consideradas oficiais ou aquelas que, permeando os silenciamentos, resistem até os dias atuais. A memória, no que tange o aspecto pessoal, não depende de criticidade, e é em suas sacralizações que surgem os chamados “lugares de memória”. Segundo Nora, trata-se de “restos” de identidade, as quais “[...] só tende[m] a reconhecer indivíduos iguais e idênticos” (NORA, 1993, p. 13). Nesse aspecto, não se nega a importância da memória, mas sim critica-se a sua consagração como única e verdadeira.

---

<sup>6</sup> Destaca-se que a criação da extinta Fundação, por meio da Lei Municipal nº 3.081, de 20 de dezembro de 1993, se deu sobretudo graças ao interesse e esforços dos próprios memorialistas, possibilitando a guarda e conservação do acervo documental e museológico de Indaiatuba, acarretando a criação do Arquivo Público Municipal e do Museu Municipal. A Fundação Pró-Memória de Indaiatuba foi dissolvida por meio da Lei Complementar nº 71, de 23/03/2021, tendo sido convertida no Departamento de Preservação e Memória, que atualmente é vinculado à Secretaria Municipal de Cultura (INDAIATUBA, 2021).

À guisa de discussões historiográficas acerca da memória e da reconstrução do passado por parte do ofício do historiador (Bloch, 2001; Le Goff, 2013), na presente pesquisa endossou-se o argumento de que se faz necessário mais estudos de cunho científico acerca da História indaiatubana. Nesse sentido, não se nega a importância dos trabalhos memorialistas<sup>7</sup> (inclusive como fonte), sobretudo as pesquisas realizadas por Nilson Cardoso de Carvalho, responsável pelo recolhimento de centenas de documentos que versam sobre a História local. Apesar dessa importância, é preciso criticá-los, não tanto pelo fato deles não terem sido historiadores, mas se destacando o que diz respeito ao potencial conflito de interesses envolvidos nesses escritos, e, principalmente, no que tange à hegemonia dessas memórias nos espaços sociais de Indaiatuba. Dentro dessa linha de pensamento, na redefinição da identidade dos grupos (Nora, 1993, p. 17), em geral, não há espaço para discussões ou problematizações acerca dessas (Moro, 2012). Igualmente, não existem muitos espaços para grupos marginalizados, como comunidades afrodescendentes, indígenas, LGBTQIA+, PCD, pessoas menos abastadas, e, no caso específico, migrantes que pertenceram ao êxodo industrial. Alguns personagens pertencentes a esses grupos se fazem presentes em parte das obras memorialistas, mas, no geral, em papel de figuração.

Assim, nas análises em questão foram abordados temas como o topônimo “Indaiatuba” (do tupi-guarani: “grande quantidade de palmeira Indaiá” [*Attalea geraensis*], pela abundância da planta na região), o qual também era conhecido por Votura (corruptela de “butury”, que, em nheengatu, significa “monte”) (Andrade, 2018, p. 30). O estudo de topônimos se faz importante uma vez que são poucos os dados e pesquisas pré-coloniais existentes na região, sendo em sua maioria baseados nos trabalhos de Desidério Aytai, datados de 1972, sobre os achados arqueológicos de Monte Mor (cidade vizinha de Indaiatuba), bem como de outras localidades mais distantes, como Rio Claro e Limeira (Carvalho, 2004, p. 9; Koyama; Cerdan, 2011, p. 17, 18, 19, 24, 25). Nesse caso, apontou-se a problemática de haver apenas uma fonte, a qual não versa necessariamente sobre o território atual de

---

<sup>7</sup> Esses podem ser classificados como “parte de uma geração de amadores”, assim como outros cronistas (CARNIELLI, 2007, p. 19, 20), os quais ocupam também espaço de destaque em determinados contextos.

Indaiatuba, mas sim sobre uma localidade próxima. Entretanto, considerou-se o fato de que, à época em que Carvalho escreveu suas obras, ele talvez só tivesse acesso a tal material. Por fim, pesquisas arqueológicas de mais fôlego em Indaiatuba são relativamente recentes.<sup>8</sup>

O povoado teria se iniciado vizinho a um “indaial” que se localizava nas proximidades do rio Jundiá (Andrade, 2018, p. 24). O grupo teria abandonado o local possivelmente por conta do surto de varíola, conforme mencionado. Apesar da falta de documentação escrita, tal mudança é tida como um fato, por conta de terem sido encontrados restos de construções próximas ao córrego do Barnabé em 1924. Essa versão é defendida por alguns autores memorialistas (Carvalho, 2004, p. 11, 13; Nardy Filho, 2000b, p. 36; Sampaio; Sampaio, 1998, p. 31, 32) e apresentada por pesquisadores posteriores (Koyama; Cerdan, 2011, p. 13, 14, 16). A motivação para a mudança e escolha do local atual, entretanto, é questionável, sendo pouco problematizada.

Um ponto aventado para tal migração seria a criação da estrada que ligava Itu a Campinas, tornando “[...] a margem direita do rio Jundiá mais atrativa para os sitiantes e fazendeiros do dito bairro, cujas maiores propriedades (e o grosso dos moradores) ainda concentravam-se [sic] na margem oposta, faceando os bairros do Pirahy de Baixo e de Cima (este já em Cabreúva)” (Andrade, 2018, p. 5). A região da atual cidade de Campinas era um local que continha importantes ligações com Santos e com as Minas dos Goyazes (Brito, 1957, V. III, p. 24–26; Pupo, 1969, p. 11, 13, 14, 44, 48, 55, 59, 60, 67; Santos, 2002, p. 67, 73, 87). Esses caminhos, como a estrada de Itu-Campinas, criada em 1792, possibilitaram a ampliação da movimentação de tropas e comerciantes, facilitando a formação de arraiais no entorno (Celli, 2012, p. 120; Ocar, 2020, p. 416–419), colaborando para o crescimento dos bairros de Itu. De forma que, segundo Andrade, a estrada em questão possivelmente passava por Indaiatuba (2018, p. 5-8), o que pode ter motivado a migração do povoado.

Esse fator foi superficialmente mencionado na obra de Nilson Cardoso de Carvalho, constando muito mais como um fato histórico do que como um elemento importante acerca do crescimento da cidade (Carvalho, 2004, p. 17;

---

<sup>8</sup> As escavações arqueológicas em Indaiatuba têm se intensificado nas últimas duas décadas por meio dos trabalhos de Arqueologia em Obras de Engenharia (popularmente conhecida como “Arqueologia de Contrato”). Esses achados, apesar de muitas vezes terem sido encontrados em contextos já alterados, potencialmente auxiliarão na realização de estudos sobre a época pré-colonial (bem como de outros períodos) na região.

Pupo, 1969, p. 57; Santos, 2002, p. 76). A questão de o local ser utilizado como “paragem” antes do final do século XIX também foi apontada por Andrade. Entretanto, ele alega que o espaço não necessariamente seria um ponto de parada de tropeiros, conforme defendeu Carvalho, mas sim se tratava de um equivalente a “lugar”. Assim, para o autor, foi a ereção da Capela de Nossa Senhora dos Coaes que teria de fato corroborado para a criação da identidade grupal, a partir do vínculo social criado pela religião, na comunidade, colaborando para o surgimento do povoado como bairro já no início daquele século (Andrade, 2018, p. 4, 5). Além disso, a região em torno do ribeirão Votura era ocupada por outros núcleos populacionais, como as terras do atual bairro de Itaiçi, já mencionado.

Assim, o princípio do arraial onde hoje se encontra o município de Indaiatuba remonta entre os anos de 1740 e 1792. Um dos primeiros registros da grafia “Indaiatuba” data de 1768.<sup>9</sup> Entretanto, no testamento de Domingos Fernandes de 1653 (já mencionado), consta que os herdeiros do fundador de Itu teriam recebido terras “em quadra na carta INDATIVA”.<sup>10</sup> De forma que há grande possibilidades de variantes do nome serem utilizadas desde o século XVII, haja visto o uso de outras grafias para denominar o território — como “Indaiatyva” (Carvalho, 2004, p. 32), por exemplo. Outra questão pouco abordada é o fato de Indaiatuba ter pertencido às regiões conhecidas como “boca do sertão” e “quadrilátero do açúcar”. A primeira refere-se à colonização do oeste paulista, que teria se iniciado pela mãe de Domingos Fernandes, Suzana Dias, considerada fundadora de Santana do Parnaíba. O “quadrilátero do açúcar” é uma referência à região localizada entre Piracicaba, Sorocaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, sendo conhecida pela vasta produção açucareira. A “boca do sertão” foi citada de maneira indireta pelos memorialistas, ao mencionarem as terras pertencentes a Domingos Fernandes, enquanto o “quadrilátero do açúcar” fora referido brevemente por Carvalho (Carvalho, 2004, p. 25).

---

<sup>9</sup> “1768 Ordenanças de Itu, Sexta Esquadra de Indaiatuba Cabo: Ignacio Xavier Leme, 48 anos; soldados: José Bicudo da Costa, 36, Caetano Felis, 58, Gaspar de Anhaya, 46, Antonio Leite, 27, Salvador Leite, 30, Gaspar Barreto, 54, José de Gois Barreto, 20, Ignacio Xavier de Passos Silveira, 19, Francisco Xavier Dias, 50, José Gonçalves Costa, 41, Manoel da Costa, 24. (Maços de População, Arquivo do Estado de São Paulo” apud CARVALHO, 2009, p. 13).

<sup>10</sup> SAMPAIO, Scyllas Leite. **Indaiatuba – sua História**. [s.d.]. Fac-símile da Monografia original. Fundo Privado “Nilson Cardoso de Carvalho” do Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. P. 26. SAMPAIO; SAMPAIO, 1998, p. 28. grifo do autor.

No que tange à colonização, outro aspecto pouco abordado é acerca da diáspora africana, havendo escassa documentação que verse sobre o tema. Dentre essas, constam inventários, documentos eclesiásticos e o “Livro de Classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação (1880–1886)”. As obras memorialistas, no geral, trataram o período da escravidão de maneira generalizada, utilizando dados regionais, sobretudo de Itu, para tentar delinear o panorama local (Nardy Filho, 2000b; Carvalho, [s.d.]). Carvalho tratou de um caso em que é narrado que um escravizado assassinara seu feitor (Carvalho, 2009, p. 91, 92), não havendo problematizações do fato, entretanto, como acontece em obras científicas, a exemplo de *Onda Negra, Medo branco: o negro no imaginário das elites — século XIX* (Azevedo, 1987). Vale ressaltar que as críticas referentes aos problemas raciais envolvendo a imigração europeia feitos pela autora dificilmente seriam aventadas pelos memorialistas, boa parte descendentes de imigrantes europeus. Carvalho também destacou em sua obra a Fazenda Quilombo, local que servira de célula de resistência para os escravizados da região. Este é, atualmente, ponto turístico de Indaiatuba, pois, sobre o antigo quilombo, foi construída uma das fazendas locais mais tradicionais (Carvalho, 2009, p. 90).<sup>11</sup> Por fim, as edificações de taipa são sinalizadas por Carvalho como fonte para estudos sobre o tema na região, por terem sido, em sua maioria, possivelmente construídas por escravizados (Carvalho, 1984, p. 2).

Em sua obra, Antonio da Cunha Penna evidenciou alguns escravizados afrodescendentes como “tipos notáveis da popularidade”, apresentando referências históricas e bibliográficas, apesar de o livro ter sido escrito em formato de crônica (Penna, 2015). Os demais textos dos memorialistas se limitam a reproduzir informações, sobretudo as expostas por Carvalho, ou trazem algum “causo” envolvendo personagens afrodescendentes. O livro *Malungo — Identidade entre os Cativos*, escrito pelo professor Aparecido

---

<sup>11</sup> Autos de divisão do sítio Quilombo entre as partes..., Cartório do Primeiro Ofício de Itu – Museu Republicano Convenção de Itu, ano de 848, maço 57. Ver também: repertório das Sesmarias – São Paulo. DAESP, 1994, p. 28. *In*: INDAIATUBA. FUNDO PRIVADO “NILSON CARDOSO DE CARVALHO” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Documentário Biográfico de Agostinho Rodrigues de Camargo** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.]; Carta de Sesmaria — L. 22, fls. 111. *In*: INDAIATUBA. FUNDO PRIVADO “NILSON CARDOSO DE CARVALHO” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Dossiê – Sesmarias e Registros de Terras** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.].

Messias Paula Leite de Barros, narra as memórias familiares do autor acerca de Felícia e Clemência, duas ex-escravizadas (Barros, 2000). A obra contou como fonte principal a história oral, apresentando com detalhes a vida das duas mulheres, acompanhando sua diáspora até Indaiatuba e vida posterior. Entretanto, o livro não se trata de um trabalho historiográfico no sentido acadêmico — e essa sequer era a intenção do autor —, sendo a obra uma potencial fonte de estudos, além de um material de leitura recomendável para todas as idades.

A despeito das poucas menções da diáspora negra entre os memorialistas (a qual fora também causada, mas não apenas, pela carência de fontes), Carvalho trouxe a importância do não apagamento dessas memórias (Carvalho, 2009, p. 93). Entretanto, a imigração europeia potencialmente teve participação no apagamento de tais memórias, seja através da história oral, dos escritos ou por meio de outros aspectos sociais. Esse impacto pode ser observado nos núcleos de cultura afro locais, os quais são formados majoritariamente por indivíduos não nativos de Indaiatuba e/ou cuja ascendência não provém de lá, ao passo que em outras cidades próximas, como Capivari, ainda são encontrados núcleos quilombolas. Não se nega de forma alguma a importância histórico-social dessas pessoas migrantes, mas se trata de mais um indicador da ausência de fontes sobre as raízes da diáspora africana, enfatizando o aspecto do apagamento de tais memórias. De modo que houve um período longo onde a principal (e por vezes, única) fonte foram os escritos memorialistas, destacando o quanto tardou para se problematizar a História local.

No que tange a trabalhos historiográficos propriamente ditos, poucos sobre o tema haviam sido publicados até a realização de nossa pesquisa. Em sua obra conjunta com Adriana Carvalho Koyama, Marcelo Alves Cerdan redigiu um capítulo sobre a escravidão em Indaiatuba, apontando dados e locais construídos por escravizados (Koyama; Cerdan, 2011, p. 56–65). De modo que parte dos levantamentos históricos realizados pelos memorialistas foi reaproveitado pelos historiadores locais da década de 1990 e 2000. Em 2013, Cerdan realizou um trabalho historiográfico sobre o tema da diáspora africana na região em sua tese de doutorado, utilizando a documentação de Itu como base (Cerdan, 2013). A monografia de Claudio D'Assunção Fortuna (2017) teve como objeto de estudos o “Livro de Classificação de escravos para serem

libertados pelo fundo de emancipação (1880–1886)”. Silvane Rodrigues Leite Alves trouxe aspectos históricos acerca da diáspora africana em Indaiatuba, sendo sua obra pautada na estruturação da instrução pública da cidade, estando inserida muito mais no campo da Pedagogia (Alves, 2007). Por fim, na extinta Fundação Pró-Memória foram realizadas algumas pesquisas que versaram sobre a diáspora africana local (Jesus, 2020).

A memória industrial é outro período pouco estudado do ponto de vista histórico. A maioria das obras menciona os seus primórdios, no início do século XX, até a concepção do Distrito Industrial “Domingos Giomi”, datada de 1970, não havendo maior aprofundamento sobre o assunto, inclusive na obra de Koyama e Cerdan (Koyama; Cerdan, 2011, p. 168, 170, 172, 175). No que tange a pesquisas acadêmicas sobre esse tema, à época de nosso doutoramento, foi encontrado apenas um trabalho de conclusão de curso na área da Geografia, contendo o histórico sobre a formação do Distrito Industrial e dos bairros adjacentes, sobretudo o bairro Jardim Morada do Sol (Alves, 2003). Dessa forma, a despeito do recente levantamento de memórias de migrantes que vivem no bairro Jardim Morada do Sol (o qual foi realizado por iniciativa de um político local), não foram até então encontradas pesquisas acadêmicas na área da História sobre o tema. Vale ressaltar que o fluxo migratório (nacional e internacional) ainda permanece na cidade, sobretudo por conta da quantidade de multinacionais que lá se encontram instaladas.

De maneira que a História oficial de Indaiatuba, assim como em outras localidades, ainda vive às sombras de nomes de famílias, fazendeiros, bandeirantes, políticos, dentre outras pessoas renomadas de diversas épocas. Ressalte-se, não se nega sua importância social, entretanto, a amarração da história local segue vinculada a determinadas classes. Traz-se à tona, novamente, a problemática da escassez de fontes, sobretudo escritas, onde muitas memórias foram silenciadas (propositadamente ou não), eventualmente se perdendo com o girar da ampulheta. Destaca-se, portanto, a importância da cultura material e das recentes pesquisas arqueológicas (tratadas também em nossa tese) para a recuperação de memórias marginalizadas, buscando retirar o protagonismo exclusivo de “grandes nomes” euro-ocidentais.

Nesse sentido, a memória em Indaiatuba (assim como em outros territórios — geográficos e sociais) atua, sobretudo, por meio da nostalgia e do

apego a *um* passado, o qual, costumeiramente, é considerado glorioso. Esse raciocínio está conectado com uma formação de consciência nacional, a qual se vincula aos “[...] monumentos do passado, da memória e do patrimônio cultural da cidade” (Pesavento, 2002, p. 181), tendo sido criados, de forma geral, por um pequeno grupo, possibilitando a existência de interesses por detrás da sua concepção — como qualquer documento (Moro, 2012, p. 2), destacando-se, assim, a importância da problematização histórica sobre a memória local (Nora, 1993, p. 9), ainda pouco explorada.

### **Memórias, industrialização e a Antropofagia Histórica**

A História opera dentro de um processo de antropofagia, fazendo com que surjam novas memórias e conseqüentes interpretações, enquanto ocorre o esquecimento de outras. A construção e, portanto, a cosmologia da memória no interior paulista funciona, em muitos aspectos, de modo diferente dos eixos Rio-São Paulo-EUA-Europa. Apesar da incessante presença euro-ocidental nos grandes centros, muitas dessas memórias foram e seguem sendo problematizadas, ao passo que no interior ainda estão muito arraigadas a determinados lugares de memória. É possível vislumbrar problemática semelhante nas pesquisas de Mário de Andrade, ainda em 1937, onde o modernista lamentou as dificuldades em encontrar patrimônios edificadas no interior do estado de São Paulo que, em sua visão, fossem belos — ou seja, de origem euro-ocidental. No lugar, encontram-se “[...] ruínas, tosquidões” (Andrade, 1937, p. 119), trazendo como contraponto igrejas barrocas brasileiras de outras localidades e outras artes dos séculos XVIII e XIX. De modo que as falas de Andrade excluem a importância artística e documental dos remanescentes edificadas paulistas (sobretudo no que tange à formação regional portuguesa, indígena e negra).

O arquiteto Luiz Saia, por sua vez, enumerou 12 casas que considerou como as verdadeiras “moradas paulistas” (ou casas bandeiristas), as quais não teriam a mesma “riqueza plástica” oitocentista como daquelas encontradas em Minas Gerais ou na Bahia. Saia delimitou por demais os atributos que definem uma casa bandeirista tradicional, e em sua listagem constam apenas



aquelas que apresentavam a maioria das características por ele apontadas.<sup>12</sup> (Saia, 1995, p. 15, 17, 19, 37). Acerca das constantes das moradas apontadas por Saia, é possível dizer que essas se integravam em casas de pessoas mais abastadas, não considerando, portanto, aquelas mais populares (algumas das quais, à época da escrita do livro, ainda poderiam existir). Subentende-se que, para o autor, essas moradias não faziam parte de uma “identidade paulista” (um tanto elitista). Ademais, a quantidade de casas listadas possivelmente é proporcionalmente menor que o número de fazendeiros existentes no oeste paulista. Essas problematizações trazem também à tona a pouca quantidade de patrimônio edificado remanescente no estado de São Paulo, mas vislumbrado a partir de outro viés.

A ausência física de patrimônios no interior paulista, em parte, pode ter ocorrido por conta de fatores como a rápida urbanização e a constante necessidade política e social em torno da modernização e industrialização do estado, levando à aceleração da antropofagia histórica (principalmente no que diz respeito à cultura material) e, conseqüentemente, ao apagamento de memórias. O início do povoamento do oeste paulista remonta aos séculos XVI e XVII, com o processo de formação da chamada “boca do sertão”. Esse título, entretanto, era temporário, sobretudo pela migração dos filhos homens para as terras de suas famílias mais à oeste (ao passo que as filhas deveriam se manter em suas cidades de origem, garantindo assim o *status* familiar e social em ambos os lugares) (Lobato, 2004, p. 321; Metcalf, 1990).

De forma que esse processo se iniciava com a elite local, e, posteriormente, atraía camponeses, comerciantes e membros de outros grupos, colaborando para a manutenção dos estratos sociais e das relações de classes nos novos territórios (Metcalf, 1990), bem como para a urbanização local. Tais fatores podem ser observados em partes da colonização da atual região de Itu e, portanto, de Indaiatuba, por meio da chegada de Domingos Fernandes — além de outros moradores que lá viveram, ou locais que eventualmente serviram como pouso de tropas (Jesus, 2018, p. 109). Esses aspectos colaboraram para o povoamento local, independentemente da existência de “um José da Costa”. Assim, a região de Itu teve seu momento de

---

<sup>12</sup> Após a escrita do texto, Saia listou mais quatro casas bandeiristas existentes em São Paulo, alegando haver outras em Minas Gerais e, possivelmente, a presença de mais algumas (ou ao menos de suas ruínas) na região de Mogi das Cruzes (SP) (SAIA, 1995, p. 62, 63).

gerar novas cidades, podendo também ser considerada como parte da chamada “boca do sertão”.

Esses novos territórios seguiram o processo econômico paulista, incentivando não apenas a ocupação de novos territórios, como também o crescimento e modernização das cidades, que se intensificou com a migração estrangeira, sobretudo por meio dos contratos de colonato (Baeninger, 1996, p. 13; Silva, 1981, p. 39, 40, 41, 48) — diferentemente do que fora mencionado por Nilson Cardoso de Carvalho, que citou o sistema de parceria. Soma-se a esses fatores a importância da implantação das ferrovias (no caso de Indaiatuba, pertencente à Companhia Ytuana de Estradas de Ferro) (Jesus; Siviero, 2020), gerando lucro e mão-de-obra, e influenciando na expansão de outros setores, como instalação de escritórios, bancos, comércios, importação e exportação. Esses, com o tempo, foram liderados também por imigrantes, o que auxiliou na ampliação de tais economias em todo o estado. Todo esse processo acarretou também na consolidação do próprio aparelho estatal (Bizelli, 1995, p. 39; Baeninger, 1996, p. 14; Silva, 1981, p. 52-54, 58- 61, 69-71, 102), e, portanto, colaborou com o dinamismo e a ampliação urbana do estado de São Paulo. Assim, do final da década de 1920 até 2023, o estado de São Paulo passou de 245 para 645 municípios (Bizelli, 1995, p. 39, 40; Baeninger, 1996, p. 16; Assembleia Legislativa Do Estado De São Paulo, [s.d.]).

Fatores históricos, como o excesso de produção de café no início do século XX, a Primeira Guerra Mundial, a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929 e a própria exportação do café (e investimento desse capital por parte dos cafeicultores) colaboraram para que se criassem condições para o desenvolvimento da industrialização local (Mello, 1986, p. 153; Barjas, 1994, p. 153; Silva, 1981, p. 84, 85). Essa se intensificou entre as décadas de 1950 e 1960, auxiliando também a modernizar cidades interioranas e assim redistribuir a população, que migrava para esses novos polos econômicos. A região de Campinas é um território que se destacou em tal quesito (Marcondes, 2011, p. 405, 407). Visando também a descentralização da industrialização nos grandes centros (sobretudo da Região Metropolitana de São Paulo), na década de 1970 ocorreu a implantação das “Regiões Administrativas”, promovendo assim a regionalização da administração estadual, propiciando o desenvolvimento regional e adequando melhor os recursos locais (Bizelli, 1995, p. 39).

A criação das “Regiões Administrativas” colaborou para a grande expansão industrial no interior paulista, estando em consonância com o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento, o qual visava a industrialização em regiões outras do país. Essa divisão colaborou para o desenvolvimento de territórios os quais, segundo Bizelli, já demonstravam potencial para o ramo industrial (1995, p. 39, 40). De forma que as maiores cidades do interior paulista se situam em locais que, atualmente, são mais industrializados e considerados como mais economicamente desenvolvidos, o que “[...] denota a profunda relação entre a dinâmica populacional e o crescimento econômico existente no Estado de São Paulo” (Caiado, 1995, p. 50). Novamente, a região de Campinas se destacou também nesse quesito, sendo a RMC (Região Metropolitana de Campinas) considerada um dos territórios mais economicamente desenvolvidos do estado de São Paulo (Caiado, 1995, p. 48; Baeninger, 1996, p. 25, 28). É também a segunda metrópole do estado e a terceira maior concentração industrial brasileira (Baeninger, 1996, p. 19, 20, 28, 32, 33, 35, 38).

Mais aspectos favoreceram o alvorecer da industrialização nessa região (bem como em outras que já apresentavam essa predisposição, como Ribeirão Preto, São José dos Campos e Vale do Paraíba), como incentivos governamentais, ampliação da rede viária, possibilidade da implantação de setores mais diversos, modernização da agricultura (estimulando, assim, o setor terciário), dentre outros (Baeninger, 1996, p. 65, 66; Cano; 1988, p. 112). Assim, por consequência, Indaiatuba também acompanhou essa nova dinâmica trazida pela industrialização. As primeiras fábricas do município datam da década de 1930, e o movimento começou a se ampliar a partir da década de 1960, com a instalação de metalúrgicas e mecânicas em bairros então considerados periféricos (Carvalho, 2009, p. 126, 127, 139, 151).

A grande mudança ocorreu em 1973, com a construção do Distrito Industrial “Domingos Giomi e com o movimento de desconcentração da industrialização, conforme já mencionado. Nessa mesma época, a cidade foi anexada à Região Administrativa de Campinas; em 1984, à Região de Governo homônima; e, finalmente, em 2000, à RMC (Miranda; Virga, 2019; Alves, 2003, p. 36; Araújo, 2015, p. 40). Além disso, a proximidade do DI com as principais rodovias estaduais, bem como do Aeroporto de Viracopos, cidades como Campinas e São Paulo, e o baixo preço das terras à época, além dos benefícios

fiscais dados pelo município, auxiliaram também no processo de industrialização local (Araújo, 2015, p. 40, 41, 42; Alves, 2003, p. 3). Na década de 1980 a cidade já contava com 422 fábricas, ao passo que em 2022 foram registradas 960 indústrias, responsáveis por atuar nos mais diversos ramos, fazendo com que o município recebesse diversas indicações e prêmios de desenvolvimento (Carvalho, 2009, p. 167, 169; Lemuchi, 2022; Hein, 2019).

Esse dinamismo ampliou a migração para os territórios indaiatubanos, colaborando para o aumento da urbanização e economia locais (Baeninger, 1996, p. 16, 18, 66, 67). Próximo ao então novo Distrito Industrial foram construídos bairros para abrigar essa nova população, sendo os principais CECAP I, II e III e o já mencionado Jardim Morada do Sol, atualmente o maior bairro de Indaiatuba. O fluxo migratório já ocorria antes da industrialização, mas em menor escala: na década de 1960, a cidade contava com 19.697 habitantes, ao passo que em 1980 a população passou para 56.234 habitantes (Baeninger, 1996, p. 77, 78, 91). No ano 2000, o município contabilizou 147.050 habitantes (Alves, 2003, p. 39, 40). Nessa década houve novo fluxo migratório, marcado pela ida sobretudo de paulistanos e gaúchos. Segundo Alves: “Ao se comparar as taxas de crescimento da população total de Indaiatuba com aquelas apresentadas pelo estado de São Paulo, entre 1970 e 2000, nota-se que o ritmo de crescimento de Indaiatuba foi mais dinâmico que o do estado” (Alves, 2003, p. 39, 40). Durante a década de 2010, a população era de 201.619 habitantes. Já em 2023, segundo a prévia do censo realizado no ano anterior, Indaiatuba registrou 266.593 habitantes, refletindo um crescimento médio de 27% ao longo dos últimos 12 anos. Tal crescimento fez de Indaiatuba a cidade com o maior aumento populacional na Região Metropolitana de Campinas (Indaiatuba..., 2023).

Esses aspectos justificam a densa ocupação dos bairros já existentes, bem como a posterior criação de bairros em zonas rurais (sobretudo compostos por condomínios considerados de luxo). Essa rápida urbanização, entre outros aspectos (positivos e negativos), colaborou também para o apagamento de memórias (proposita ou não), inclusive por meio da possível destruição de patrimônios (institucionalizados ou não) e de sítios arqueológicos (outro aspecto trabalhado em nossa tese). Como consequência, perdeu-se parte importante de documentações acerca da região, levando à crença da ausência de patrimônios e de História (inclusive conforme a ideia

do próprio Mário de Andrade, anteriormente mencionada). Além disso, há o destaque quase exclusivo para memórias de origem euro-ocidentais, acarretando conflitos de interesses, principalmente políticos e econômicos.

Segundo Trouillot, há quatro momentos cruciais em que os silêncios históricos são criados, os quais oferecem poder ao processo histórico que produz as narrativas que possibilitam determinados discursos, em detrimento daqueles que são silenciados. Esses silenciamentos ocorrem “[...] no momento da criação do fato (na elaboração das fontes); no momento da composição do fato (na elaboração dos arquivos); no momento da recuperação do fato (na elaboração das narrativas); e no momento da significância retroativa (na elaboração da história em última instância)” (Trouillot, 2016, p. 57. grifo do autor). Esses fatores acometem também Indaiatuba há algumas décadas: “A chronica de nossa terra, relativamente pobre de factos, é das mais ricas em valores humanos” (Camargo, 2010, p. 16). Essa frase foi proferida pelo memorialista Manuel de Arruda Camargo (1870–1936) em discurso realizado em razão da comemoração ao centenário de Indaiatuba, em 09 de dezembro de 1930. Frise-se que tal pensamento fora repetido por parte dos memorialistas e ainda se mantém vivo na cidade.

Conforme já aventava Marc Bloch no início do século XX, a História é a ciência que estuda o ser humano no tempo (Bloch, 2001, p. 54, 55), não sendo possível, portanto, a existência de uma sociedade sem ela.<sup>13</sup> Há sim a ausência de fontes, seja esse apagamento de memórias proposital ou não, não havendo também determinados “lugares de memória” (Nora, 1993), costumeiramente tradicionais, como, por exemplo, acerca do marco fundacional de Indaiatuba. Muito possivelmente a fala de Manuel de Arruda Camargo esteja vinculada sobretudo à carência de uma imagem de paternidade fundadora (ou até mesmo um herói) bem consolidada. Pode-se relacionar esse aspecto também ao fetiche do material. A despeito dessa ausência tradicional, há um esforço (memorialista e científico) de sistematizar a história local, entre memórias pessoais, documentações e dados regionais, os quais ainda carecem serem mais bem revistos, problematizados, ressignificados e historicizados.

---

<sup>13</sup> Não ignoramos o fato aqui de que existem diversas maneiras de estudar o passado, variando conforme a sociedade e o local, sendo a História uma ciência euro-ocidental. No caso específico, a fala do memorialista é parcialmente indevida justamente pelos registros de Indaiatuba estarem calcados sobretudo em contextos euro-ocidentais.

## Considerações Finais

O presente artigo objetivou trazer alguns aspectos sobre a formação de Indaiatuba e a problematização da memória oficial. Buscou-se evidenciar a antropofagia histórica, causada também pelo decurso acelerado de urbanização, processo que auxilia no apagamento de memórias, juntamente com outras problemáticas, como o preconceito. Ambas as questões tiveram como base o capítulo segundo de nossa tese. No caso de Indaiatuba, assim como em muitas cidades brasileiras, a história encontrou seu território sobretudo nos trabalhos de memorialistas. Esses escritores, cujas penas se dedicaram a lapidar a história local, tem seu lugar destacado — inclusive neste estudo, principalmente no que diz respeito à manutenção da memória e patrimônio local, devendo receber tanto críticas positivas quanto negativas. Nesse sentido, pode-se afirmar que, até poucos anos atrás, a palavra "memória" em Indaiatuba era escrita muito mais no singular que de maneira plural.

Esses memorialistas eram descendentes de imigrantes, sobretudo de origem euro-ocidental. A despeito de alguns serem também migrantes na cidade, a problematização realizada no texto denota que a memória oficial indaiatubana não está apenas majoritariamente ligada a raízes euro-ocidentais, mas também a uma determinada classe social e geração (pois todos os memorialistas pertenciam à classe média ou média-alta, tinham idades semelhantes e, inclusive, em sua maioria faziam parte do conselho da Fundação Pró-Memória de Indaiatuba — o qual, talvez não por acaso, não contava com nenhum negro ou descendente de povos originários como membro). A ausência de estudos acerca da História Pré-Colonial local, bem como maior aprofundamento na diáspora negra, também denotam esse desequilíbrio de manutenção de memórias, documentações e análise entre os trabalhos já realizados.

A despeito da importância da dinâmica do interior paulista para a História nacional, a problematização da memória oficial em parte de seus municípios (aqui representada por Indaiatuba) ainda é pequena. Mesmo em centros de médio, e até de grande porte, faz-se necessário mais estudos acadêmicos. Obviamente o memorialismo tem sua importância na

constituição da história local. Porém, ele também denota o apagamento de memórias outras que não pertencentes a determinadas castas (e até mesmo famílias). Nesse sentido, a antropofagia histórica toma uma forma mais sentimental, reproduzindo apenas alguns passados, esses vinculados sobretudo à nostalgia e à glória. Além disso, o rápido crescimento e modernização local provocou também a destruição de memórias (sobretudo materiais), retroalimentando com mais vigor tal fenômeno que espontaneamente permeia as sociedades.

Assim, faz-se importante estudos que evidenciem e auxiliem na sensibilização de memórias outras do interior paulista. Além disso, as instituições locais também devem se sensibilizar acerca do assunto, possibilitando a problematização e o diálogo com os escritos memorialistas, bem como a ascensão de memórias marginalizadas e a preservação de culturas materiais. Esses aspectos potencialmente auxiliarão na sensibilização da sociedade local acerca da importância dessas memórias. Em nossa pesquisa, a fim de suscitar novos debates nesse sentido, nos dedicamos também a analisar processos de Arqueologia em Obras de Engenharia em Indaiatuba. Esses revelam aspectos tanto da cultura material local quanto do processo mais recente de urbanização e industrialização em Indaiatuba — a despeito de muitos sítios já terem sido destruídos graças às construções das últimas décadas, auxiliando, assim, a alimentar a antropofagia histórica, prejudicando também na localização de fontes outras ao longo do século XX e início do século XXI.

## **Referências Bibliográficas**

ALVES, A. C. **Qualidade de vida e processos sócio-ambientais em Indaiatuba — SP. Estudo de caso do bairro Jardim Morada do Sol.** 2003. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2003.

ALVES, S. R. L. **A instrução pública em Indaiatuba: 1854-1930:** contribuição para a história da educação brasileira. 2007. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Educação) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

ANDRADE, F. de C. D. **Relatório Final de Pesquisa.** Fundação Pró-Memória de Indaiatuba, 2018. Arquivo Público Municipal de Indaiatuba “Nilson

Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

ANDRADE, M. de. “A Capela de Santo Antônio”. **Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. n. 1, publicação semestral, p. 119–127, 1937.

ARAÚJO, L. de S. **Análise da expansão urbana e implicações nas Áreas de Preservação Permanente (APP) e planícies aluviais com auxílio de geotecnologias no município de Indaiatuba (SP)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Documentação – Municípios paulistas**. São Paulo. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/documentacao/municipios-paulistas/>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

AZEVEDO, C. M. M. de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BAENINGER, R. **Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BARJAS, N. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 – 1990)**. 1994. Tese (Doutorado em Economia) — Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1994.

BARROS, A. M. L. de. **Malungo: identidade entre os cativos**. Indaiatuba. Fundação Pró-Memória de Indaiatuba/Secretaria Municipal de Educação, 2000.

BIZELLI, E. A. Considerações sobre a urbanização interiorana. Dinâmica socioespacial e a rede urbana paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.9, n.3, p. 38–45, jul./set. 1995. Fundação SEADE.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da História ou O Ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BRITO, J. **História da Cidade de Campinas**. Volume III. Campinas: Saraiva S.A, 1957.

CAMARGO, M. de A. **Reminiscências a propósito do Primeiro Centenário de Indaiatuba**. Itu. Edição fac-símile realizada pela Fundação Pró-Memória de Indaiatuba e Prefeitura Municipal de Indaiatuba. 2010.

CANO, W. Subsídios para reformulação das políticas de descentralização e de urbanização no Estado de São Paulo. A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920 – 1980). **Coleção Economia Paulista**. São Paulo: Fundação SEADE, v. 1, n. 1, p. 107–132, 1988.



CARNIELLI, F. de G. **Gazeteiros e bairristas: histórias, memórias e trajetórias de três memorialistas urbanos de Campinas**. 2007. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CARVALHO, N. C. de. **A Paróquia de Nossa Senhora da Candelária**. Indaiatuba. Fundação Pró-Memória, 2004.

CARVALHO, N. C. de. **Arquitetura em Taipa: um dos últimos exemplares em Indaiatuba**. Indaiatuba. 1984.

CARVALHO, N. C. de. **Cronologia Indaiatubana**. Indaiatuba: Ottoni Editora, 2009.

CARVALHO, N. C. de. **Escravos e Escravidão em Indaiatuba (1766-1860)** [Documento]. Fundo Privado – Nilson Cardoso de Carvalho, Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.].

CELLI, A. **Evolução Urbana de Sorocaba**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CERDAN, M. A. **O tempo que os escravos tinham para si: um estudo sobre autonomia escrava em Itu de 1850 a 1888**. 2013. Tese (Doutorado em História) — Universidade Estadual Paulista, Franca, 2013.

FORTUNA, C. D'A. **Liberdade pela Lei** – A Alforria dos Escravos em Indaiatuba. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) — Centro Universitário Nossa Senhora do Patrocínio. Itu, 2017.

FUNDAÇÃO SEADE. **Memória das Estatísticas Demográficas**. [s.d.] a. Definição de áreas segundo o Instituto Geográfico Cartográfico, 1995. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

FUNDAÇÃO SEADE. **Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo**. [s.d.] b. Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=esta>>. Acesso em: 06 abr. 2024.

HEIN, H. RMC tem 6 cidades no ranking das melhores – Foi analisado o potencial de mercado de 310 cidades brasileiras. **Correio Popular**, 2019.

HOLANDA, S. B. **Do Peão ao Tropeiro**: Caminhos e Fronteiras. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

INDAIATUBA é a cidade da RMC com maior crescimento populacional nos últimos 12 anos. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**, 05 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/31893/indaiatuba-e-a-cidade-da-rmc-com->

maior-crescimento-populacional-nos-ultimos-12-anos>. Acesso em: 08 mai. 2023

INDAIATUBA. FUNDO PRIVADO “NILSON CARDOSO DE CARVALHO” DO ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL “NILSON CARDOSO DE CARVALHO”. **Dossiê – Sesmarias e Registros de Terras** [Documento]. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba. [s.d.].

JESUS, C. G. N. de. Da Boca do Sertão ao ouro verde: Indaiatuba, Itu e a evolução da arquitetura rural paulista. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 11, n. 1, p. 77–110, jan./jul. 2018.

JESUS, C. G. N. de. Entre escravos e taipas: O modo de fazer africano na Arquitetura Paulista. **Revista História**, Assis/Franca, v.39, jun. 2020.

JESUS, C. G. N. de; SIVIERO, Fernando Pascuotte. **O Patrimônio Cultural de Indaiatuba: História e Memória**. Indaiatuba: Fundação Pró-Memória de Indaiatuba. 2020.

KOYAMA, A. C.; CERDAN, M. A. **Indaiatuba, história e memórias da antiga freguesia de Cocaes e dos anos que se sucederam desde então**. Campinas: Komedi, 2011.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LEMUCHI, R. L. A. Indaiatuba é bicampeã como melhor cidade do Brasil no Prêmio Band Cidades Excelentes. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**, 01 dez.2022a. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/31815/indaiatuba-e-bicampea-como-melhor-cidade-do-brasil-no-premio-band-cidades-excelentes>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

LEMUCHI, R. L. A. Prefeitura de Indaiatuba lança a 12ª edição do Catálogo das Indústrias. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**, 26 mai. 2022. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/31185/#:~:text=%E2%80%9CAtualmente%20ndaiatuba%20conta%20com%20mais,servi%C3%A7os%2C%20atuando%20em%20diversos%20ramos>>. Acesso em: 09 mar. 2023.

LEMUCHI, R. L. A. Indaiatuba conquista a primeira colocação do Brasil no Prêmio Band Cidades Excelentes. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**, 2021a. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/30527/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

LEMUCHI, R. L. A. Indaiatuba é a primeira colocada do Estado de São Paulo no Prêmio Band Cidades Excelentes. **Site da Prefeitura Municipal de Indaiatuba**, 2021b. Disponível em: <<https://www.indaiatuba.sp.gov.br/relacoes-institucionais/imprensa/noticias/30396/>>. Acesso em: 12 jan. 2021.

MARCONDES, R. L. Estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do Oeste Paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do Século XX. **Revista de História**, São Paulo, n. 165, p. 403–424, jul./dez. 2011.

MARQUES, M. E. de A. **Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976.

MELLO, F. I. M. H. de. Excursão pelo Ceará, São Pedro do Sul e São Paulo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 80–169, 1872.

MELLO, J. M. C. de. **O Capitalismo Tardio**: Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da Economia Brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

METCALF, A. C. A Família e a Sociedade Rural Paulista: Santana de Parnaíba, 1750 – 1850. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 28–304, mai./ago. 1990.

MIRANDA, H.; VIRGA, T. Reestruturação econômico-espacial da Região Metropolitana de Campinas (2000-2017): descentralização socioeconômica e concentração socioespacial. **Anais da XVIII ENANPUR**. Rio Grande do Norte. 2019.

MORO, Nataniél Dal. Os memorialistas e a edificação de um passado glorioso. **Revista Crítica Histórica**, Alagoas, v. 3, n. 6, dez. 2012.

NARDY FILHO, F. **A cidade de Itu**. Itu: Ottoni Editora, 2000a. Volume 3.

NARDY FILHO, F. **A cidade de Itu**. Itu: Ottoni Editora, 2000b. Volume 4.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7–28, 1993.

Ocar, T. C. **Indaiatuba, uma cidade com muita história para contar**: entre a antropofagia histórica, a arqueologia e a mediação. 2023. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2023.

OCAR, T. C. O Casarão “Quinzinho de Barros” e o espaço museológico como principal artefato de seu acervo. **Revista Patrimônio e Memória**, Assis, v. 16, n. 1, p. 413–432, jan./jun. 2020.

PENNA, A. da C. **Tipos notáveis de popularidade**: e algumas histórias mal contadas. Tietê: Gráfica Santa Edwiges, 2015.

PESAVENTO, S. J. **O Imaginário da Cidade: visões literárias do urbano**, Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PUPPO, C. M. de M. **Campinas, seu berço e juventude**. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969.

SAIA, L. **Morada Paulista**. Editora Perspectiva: São Paulo, 3ª ed., 1995.

SAMPAIO, S. L. de; SAMPAIO, C. da C. **Indaiatuba e sua história**. Indaiatuba: Rumograf, 1998.

SAMPAIO, S. L. **Indaiatuba – sua História**. [s.d.]. Fac-símile da Monografia original. Fundo Privado “Nilson Cardoso de Carvalho” do Arquivo Público Municipal “Nilson Cardoso de Carvalho”. Departamento de Preservação e Memória —Secretaria Municipal de Cultura de Indaiatuba.

SANTOS, A. da C. **Campinas, das origens ao futuro: Compra e venda de terra e água e um tombamento na primeira sesmaria da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí (1732– 1992)**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SILVA, S. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1981.

TROUILLOT, M-R. **Silenciando o Passado: poder e a produção da história**. Curitiba: Editora Huya, 2016.

### **Referências Legais**

BRASIL. **Art. 13 da Constituição da República Federativa do Brasil – 1934**. Brasília, DF, 16 de jul. 1934.

BRASIL. **Art. 68 da Constituição da República Federativa do Brasil – 1889**. Brasília, DF, 24 fev. 1889.

INDAIATUBA. **Lei Complementar nº 71, de 23 de março de 2021**. Indaiatuba, SP, 23 mar. 2021.

INDAIATUBA. **Lei Municipal nº 3.081, de 20 de dezembro de 1993**. Indaiatuba, SP, 20 dez. 1993.